

Uma análise sobre os aspectos sóciopolíticos da COVID-19 no espaço urbano

Gabriel Guanabará Lemos Marques⁽¹⁾,
Victor Santos Souza⁽²⁾ e
Fernanda Pereira dos Santos⁽³⁾

Data de submissão: 5/6/2020. Data de aprovação: 28/7/2020.

Resumo – Este texto foi elaborado durante o período de isolamento social, ainda na fase do aumento dos números de casos de contaminações no Brasil, contabilizando 27.276 óbitos na data de 29 de maio de 2020, além de diversos casos não notificados e/ou subnotificados e, mais recentemente, alterações nos protocolos de contagens. Neste contexto, escrever sobre algo que está em curso e de tamanha magnitude é sempre desafiador e por não dizer arriscado, dada a falta de análises pormenorizadas. Mas é também uma oportunidade ímpar para dialogarmos sobre as intencionalidades do projeto político-ideológico em curso no Brasil, seja no campo econômico-social ou nas diretrizes para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 pelo Governo Federal. Por isso, objetivamos demonstrar as contradições atuais do neoliberalismo – dentro do projeto político-ideológico brasileiro – frente a exposição das vulnerabilidades e desigualdades sociais - econômicas e espaciais existentes nos espaços urbanos (cidades) no enfrentamento contra a COVID-19. A metodologia utilizada consistiu em uma revisão bibliográfica a partir de periódicos científicos e o uso de matérias de jornais. Em vias finais, este artigo ressalta a necessidade de ressignificação da dinâmica urbana face à lógica unitária da produção capital – trabalho -, para não cultuarmos a ideia de que o isolamento social é um privilégio. Somos assertivos em crer que o isolamento social é um direito, que por ora está sendo negado e posto como privilégio de classe.

Palavras-chave: COVID-19. Neoliberalismo. Pandemia. Segregação Urbana. Vulnerabilidade.

An analysis of the socialpolitical aspect of COVID-19 in the urban space

Abstract – This paper was made during social distancing, when the COVID-19 contaminations increases in Brazil, counting 27.276 deaths on May 29th of 2020, besides several not accounted cases and recent alteration in accounting methods. In this context, to write about something which is in course is challenging and, why not to say, risky, because the lack of deep analyses. It is also a singular opportunity to talk about the intends of the social and economic project in course in Brazil at and the combat actions to the virus pandemic by the federal government. Therefore, we want to demonstrate the current contradictions of neoliberalism - within the Brazilian political-ideological project - in view of the exposure of social, economic and spatial vulnerabilities and inequalities in urban spaces (cities) to fight COVID-19. The methodology used consists of a bibliographic review based on scientific journals and newspaper articles. Lastly, this article emphasizes the need to redefine the urban dynamic facing the unitary logic of the capital - labor, because we should not understand social distancing as a privilege. We are

¹ Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, *Campus* - Campos dos Goytacazes – RJ. *guanabaran@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3520-7661>.

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. *vssgeografia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0574-0687>.

³ Graduada em História pela Universidade Federal Fluminense – polo *Campus* - Campos dos Goytacazes – RJ e especialista em história e cultural do Brasil pela Universidade Estácio de Sá. *fe.saantos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8677-7627>.

assertive in believing that social distancing is a right, which for now is being denied and placed as a class privilege

Keywords: COVID-19. Neoliberalism. Pandemic. Urban Segregation. Vulnerability.

Introdução

A atual crise mundial desencadeada pela COVID-19, que foi classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como sendo a causadora do vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (Sars-Cov-2), revelou os antagonismos do sistema capitalista que já estavam anunciados desde a crise financeira de 2007 - 2008, mas que foram mitigados no caso brasileiro das ações de contenção ao câmbio, liberação de dinheiro de bancos públicos, cortes de impostos e incentivo ao consumo. Dessa forma, fizeram com que o presidente Lula em 2008 reconhecesse que a crise então anunciada como um tsunami nos EUA, se chegasse ao Brasil, seria uma “marolinha”. Agora o cenário volta a re-florescer⁴ entreposto em problemáticas já conhecidas de ordem: geográfica, social, política, econômica e ambiental, mas elevado a um patamar mais alto e desigual. Por isso, neste momento de isolamento social/quarentena⁵, com o fechamento das atividades comerciais consideradas não essenciais e a retração do sistema capitalista, dada as reduções comerciais, é fundamental uma reflexão (escalar) à luz do que se passa no mundo e principalmente no Brasil, no campo urbano, social e ambiental ou socioambiental.

Como Haesbaert (2020) expressa, estamos inseridos em um contexto global dos território-rede, em que são acentuadas as profundas diversidades das desigualdades, e para o caso brasileiro, temos o agravante de sermos governados pelo governo dos homens baixo⁶, que pode ser exemplificado pelo “conteúdo da luta de classes no Brasil da distopia contemporânea” (RODRIGUES, 2020, p. 6), e também pelos pronunciamentos do Sr. Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao desqualificar o grau de letalidade do vírus frente aos impactos que ele pode causar a economia, faz com que o conteúdo da extrema-direita (conservadora) esteja cuidadosamente planejado e de braços dados com o projeto político neoliberal e neopentecostal, fazendo-o ser revelado e praticado.

No campo socioambiental, ficam evidente as disparidades dentro do espaço urbano, onde os cidadãos não têm o mesmo peso nem usufruto em função do lugar em que se encontram. Lucas e Cunha (2007) afirmam que há falta de saneamento básico em áreas urbanas que têm sido potencializadas pelas ocupações desordenadas dos espaços urbanos onde o poder público não se faz presente. Esses espaços têm a preocupação de especialistas devido à facilidade de transmissão do vírus, devido às características geográficas e socioeconômicas desses ambientes.

⁴ A utilização do hífen, faz uma aproximação conceitual com Devir empregado por Deleuze e Guattari. O uso do hífen consiste em sinalizar que este processo ocorreu – ocorre – ocorrerá, num processo metamorfoseado, sendo um fluxo permanente, movimento ininterrupto, que se dissolve, cria e transforma. Ao aplicarmos este entendimento ao re-florescer, estamos diante da ideia de que este processo já ocorreu (1980), se transformou (1999) e ressurge (2020). Para mais detalhes, (SOUZA, 2015).

⁵ O termo quarentena será neste artigo usado de forma livre, sem uma precisão técnica para nos referir, de forma ampla, a um processo necessário de isolamento social dos corpos em função do risco de contaminação e disseminação da doença (RODRIGUES, 2020, p. 3).

⁶ São aqueles movidos por todo tipo de paixão triste e pulsão de morte, que tem seu projeto de sociedade baseado na força, na intolerância, na violência, na desigualdade e na crueldade, que joga todos contra todos, criando um Estado misto de Teocracia evangélica com Darwinismo social e austericídio neoliberal (RODRIGUES, 2020). O governo dos homens baixos pode ser também resumido a partir da compreensão da pesquisa de Theodor W Adorno, que ressalta e resume os nove traços de uma personalidade autoritária: convencionalismo, submissão a autoridade, anti-intelectualismo, anti sentimentalismo, superstição e estereotipia, preocupação com poder e força, destruição e cinismo, projeção e preocupação exagerada com sexo (ADORNO, 2015, p. 31).

Dadas essas características, tem sido necessário repensar a natureza sócio-geográfica⁷ da urbanidade:

[...] o caráter aglutinador do urbano. O urbano, entendido como um produto socioespacial, possui uma força aglutinadora, como podemos observar em relação ao processo de industrialização e urbanização. O urbano aglutina pessoas, capital, instituições financeiras, indústrias, comércio, meios de produção, casas, portos, museus, centros administrativos, órgãos do Estado, empresas, sindicatos, etc. O urbano concentra as instituições políticas, econômicas e culturais que se colocam como hegemônicas na sua relação com outros grupos/classes sociais (trabalhadores, camponeses, oligarquias rurais, pobres urbanos, etc.); é o lugar dos centros de decisões, de onde parte o controle da produção, as decisões políticas, de produção de subjetividade (produção de desejos, necessidades e símbolos hegemônicos), produção de modas e culturas de massa. Ao mesmo tempo o urbano é o lugar do encontro entre as pessoas, encontro das diferenças, das festas, das culturas populares, das práticas de resistência ao poder hegemônico que se dá nos corpos, no tempo e no espaço. (RAMOS, 2003:18)

Assim, delimitada a esfera do estudo, no primeiro momento, a reflexão estará centrada no processo de produção e ocupação dos espaços urbanos, que se tornam lócus da ocupação, habitação e trabalho de mais da metade da população em objeção aos direitos sociais, aumento da pobreza e exclusão sócio-geográfico; noutro momento, apresentaremos reflexões acerca das desigualdades e vulnerabilidades socioambientais. Por fim, faremos um esforço na tentativa de pontuar algumas reflexões antissistêmicas ao campo da associação capital - trabalho.

Materiais e métodos

O presente artigo assume um procedimento metodológico de cunho qualitativo, pois se respalda nas relações dinâmicas que acontecem na sociedade e que necessitam ser submetidas a análise científica. Dessa forma, realizou-se um levantamento bibliográfico que consiste em uma pesquisa “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2008, p. 50).

De acordo com Boccato (2006),

a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Então, percebe-se que todo trabalho científico tem a pesquisa bibliográfica como uma parte integrante da investigação, que fornece um guia analítico valioso ao realizar a coleta de dados.

Além desse levantamento da literatura sobre o assunto, este trabalho utilizou o jornal como fonte de pesquisa, pois esta metodologia, ligada a Escola dos Annales, que proporciona trabalhar com fontes variadas, a exemplo de fontes bibliográficas, história oral, documentos de imprensa, entre outros materiais. Nesse contexto, a análise é formada a partir de uma multiplicidade de documentos, revelando não mais a história, mas as histórias.

⁷ Faz referência simultânea às relações sociais e ao espaço (social) como dimensão da sociedade concreta, que sem se confundirem, são, por um lado, essencialmente interdependentes, por outro, não se confundem ontologicamente, isto é, as relações sociais produzem o espaço e nele “se inscrevem”, mas não é o espaço ou “subconjunto” dele, estas relações ocorrem como processo vivo. Para mais detalhes, consultar Souza (2008).

O uso do jornal como fonte de pesquisa é um importante aliado, se considerarmos que a Imprensa é rica em dados e elementos, e para alguns periódicos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc. Seu estudo é enriquecedor sobretudo quando se tem interesse pela História Social, História das Mentalidades e História das Ideologias (ZICMAN, 1985, p. 89 APUD WEBER, 2012, p. 11).

Desse modo, ao fazermos uso do jornal como fonte de pesquisa, estamos trabalhando história por novas perspectivas de estudo, em que há pluralidade de assuntos e abordagens, se pode ir além dos que os documentos ditos oficiais nos levariam (WEBER, 2012), sobretudo, se ponderarmos que estamos diante de um cenário de negação para com a ciência e a informação, vide o fato de o presidente não conceder tantas entrevistas, além de se negar a responder as perguntas feitas pelos jornalistas e preferir se dirigir diretamente aos seus apoiadores que se aglomeram no Palácio da Alvorada e utilizar o *Twitter* como um de seus veículos de comunicação. Então, nesse caso, a imprensa cumpre a função de levantar os questionamentos, se debruçando sobre eles (com resposta oficial ou não) e trazendo uma análise à população.

Longe de nos atentarmos e veicular a imprensa, enquanto isenta, sabemos que ela tem seus interesses (sociais – políticos – econômicos) e que é constituída por empresas privadas. Entretanto, é tarefa do pesquisador analisar as fontes e executar o trabalho de reconstituição do concreto. “Partindo desse pressuposto, o historiador (pesquisador) busca estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (CAPELATO, 1988, p. 21 *apud* WEBER, 2012, p. 13).

O enfrentamento a COVID-19 não é algo democrático

A crise econômica instaurada a partir do fim da década de 1960 levou a uma reconfiguração da produção capitalista que, em busca de sua recuperação, adotou um conjunto de práticas políticas e econômicas junto a um aparato ideológico conhecido como neoliberalismo. O neoliberalismo, como uma política de classe sobre classe, é inspirado em uma ideologia economicista que busca ampliar a mercantilização, potencializando as mais diversas formas de “acumulação por espoliação”, endossada pelo discurso da renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista (ANDRADE, 2019), isto é, o “capitalismo não é simplesmente o interminável acúmulo pelo acúmulo, mas a transformação implacável das condições e meios de acúmulo, a revolução perpétua da produção, do comércio, das finanças e do consumo” (CASTORIADIS, 1992, p. 20).

Podemos notar que o espaço urbano foi sendo materialmente convertido em mercadoria ou, como Canetti (2016) passa a descrever, as cidades foram apropriadas cada vez mais por uma classe social que explora não apenas o trabalho, mas a própria reprodução da vida urbana, em consonância a ineficiência do Estado “na garantia do acesso aos bens e serviços, além da ideia de uma “subjetividade humana empreendedora” (FARIAS e DINIZ, 2018, p. 286).

A cidade neste ensejo contemporâneo, como passa a destacar Sposito (2016, p. 135), tem de ser “avaliada como um espaço aberto, do ponto de vista das formas e dos fluxos, do ponto de vista objetivo e subjetivo, do ponto de vista concreto e abstrato” e só a partir desse entendimento, que conseguiremos ler os processos e fluxos, dentro da lógica capitalista globalizada ou na lógica capitalista do “território-rede” (HAESBAERT, 2020, p. 2), tanto que, a pandemia impôs, num tempo–espaço muito curto, uma dinâmica entre reclusão ou confinamento, contenção ou barragem em múltiplas escalas. Basta lembrar que, em 11 de janeiro de 2020 foi anunciada a primeira morte em Wuhan. Dez dias depois, foi confirmado que a pneumonia poderia ser transmitida entre humanos e, no dia 23 de janeiro de 2020, a cidade estava em quarentena, fechada para o mundo exterior (EFE, 2020).

No Brasil, a partir de fevereiro de 2020, fomos impactados por um “evento que jamais foi sequer imaginado por nós (e quiçá a todos): vivenciar uma quarentena forçada em função de uma pandemia global” (RODRIGUES, 2020, p. 6), que diretamente impactou não só o nosso comportamento cotidiano de ir e vir, mas toda uma cadeia produtiva do sistema capitalista, assentada no labor físico do trabalho.

Para o capital, o valor de uso da cidade e do trabalho em si embutido reside no fato de que são polos produtivos por forças polivalentes produtivas, porque concentra as condições gerais da produção capitalista. Estas condições gerais, por sua vez, são condições do resultado do sistema espacial dos processos: de produção, de circulação, de consumo; processos que contam com a necessidade última dos suportes físicos-materiais-territoriais.

Neste momento de restrição da circulação de pessoas e de mercadorias, o consumo direto diminuiu apressadamente e, em consequência disso, os trabalhos seguiram essa mesma curva. No entanto, não estamos aqui para exercer um reducionismo economicista quando falamos em trabalho, consumo e renda, apenas estamos ajustando as lentes para que possamos avaliar e analisar o estado da pandemia, que implica diretamente e desigualmente sobre o trabalho, consumo e renda nas diferentes classes sociais, visto que, “para a maioria das pessoas (o dinheiro), é obtido pela venda da força de trabalho na forma do “trabalho assalariado” (RAMOS, 2020, p. 2), enquanto que para uma minoria, a acumulação de capital ocorre via extração da mais valia (da mão de obra ou do espaço urbano).

Ao relacionarmos o trabalho–consumo–renda, com as classes sociais, estaremos desmistificando o caráter unívoco e democrático que a COVID-19 assumiu, que não tem credo nem cor, rico ou pobre, urbano ou rural e nem gênero, rotulado erroneamente que estaríamos todos no mesmo barco.

A pandemia, para o caso brasileiro, “entrou” pelo ar, mais precisamente pelos aeroportos nacionais de voos internacionais, afetando inicialmente o topo da pirâmide socioeconômica, que nesse momento começa a apresentar uma curva de achatamento, como demonstra a reportagem da Folha de São Paulo (22 de Abril de 2020), em relação ao Hospital Israelita Albert Einstein de São Paulo,

[que] registra queda na ocupação na UTI pela doença e tem direcionado respiradores e outros equipamentos, além de pessoal, para serviços públicos que estão sob sua gestão. Inicialmente, 78 leitos foram destinados aos pacientes de UTI. Entre 1º e 12 de Abril, a ocupação chegou a 76%. Hoje está em torno de 56% (COLUCCIO, 2020).

Ainda segundo a mesma reportagem, a taxa de letalidade para esta classe social pode ser considerada baixa e mais focada no grupo inicialmente considerado de risco: os idosos.

Tivemos 13 óbitos entre 2.598 pacientes confirmados. Tivemos 349 internações e 253 altas. Pelo número de internados, a taxa de mortalidade é de 3,7%. Pelo número de casos totais, 0,5%. Esses óbitos têm idade média entre 83 e 96 anos, todos eles com comorbidades (FOLHAPE, 2020).

Como bem destacaram Bernardes; Arruzzo e Monteiro (2020), nesse contexto neoliberal de imposição da informação e do dinheiro, em que a produção da materialidade e a existência das pessoas é profundamente afetada, em que tudo se desregula e desorganiza, em que cada fração do território muda rapidamente. Assim, a pandemia da COVID-19 vem para agravar uma situação de crise a qual a população, sobretudo aquelas mais subalternas, vulneráveis da periferia e sem infraestrutura habitacional e sanitária já se depara cotidianamente.

Já destacamos aqui que o vírus em nada é democrático, e para mitigação da sua propagação, a profilaxia básica (além de higienização com água e sabão) é o distanciamento social. Mas como pensar em tal condição quando uma grande parcela da população urbana mora em condições de pobreza extrema e em comunidades que as “casas” têm 15m² e residem 3, 4, 5 ou mais pessoas, e o sustento depende diretamente da venda da força de trabalho individual?

O que passa a ser factual é que nas periferias e nas populações de menor renda, as condições para cumprir o isolamento social são piores, pois há mais moradores por domicílio e o acesso a água encanada, vital para a higienização, as vezes não existe ou é intermitente, e a insegurança econômica estimula muitos a saírem de casa para obter algum dinheiro. Junte este fato ao de quem - quando é - infectado e adocece, nessas áreas, o sistema público de saúde (SUS) é a única alternativa, e em algumas cidades ele já está saturado para tratar casos graves.

O primeiro óbito no Rio de Janeiro é, portanto, um importante estudo de caso que nos ajuda a entender as limitações de enfrentamento da crise em curso, e que ela tem cor, classe social e raça.

O caso da primeira vítima fatal confirmada pelo sistema de vigilância em saúde reflete os processos de desigualdade do nascer, viver e morrer no Brasil. Trata-se de uma mulher, empregada doméstica, que fazia o percurso semanalmente de 120km e utilizava três conduções para sair de sua casa em Miguel Pereira, no sul fluminense, até o apartamento no alto Leblon, bairro da zona sul do Rio de Janeiro (onde tem-se o metro quadrado mais valorizado do país), no qual trabalhava como empregada doméstica. Por questões de deslocamento, ela dormia no trabalho durante a semana.

A empregadora que voltava da sua viagem internacional contraiu a doença na Itália, um dos epicentros da transmissão viral e, muito possivelmente, transmitiu o vírus a sua empregada que seguia realizando suas ações laborais.

O quadro final tornou-se um retrato da tragédia anunciada, em um país tão desigual, sem orientações claras do Governo Federal. Ambas foram infectadas, contudo somente uma veio a óbito. A empregadora está viva, porém a empregada faleceu. O mesmo vírus em duas mulheres: uma de origem humilde, e a outra, a qual é permitida seguir em quarentena, pôde tomar os cuidados necessários à sua saúde.

Como noticiado pelo jornal “Brasil de Fato”, o boletim epidemiológico divulgado no dia 18 de maio pelo Ministério da Saúde revelou que 54,8% dos óbitos registrados são de pessoas pretas e pardas. Pessoas brancas são maioria entre os internados (51,4%), mas minoria entre os mortos (43,1%).

Estudiosos apontam que a população negra tem pior condição econômica, o que significa maior insegurança alimentar; e tem menos escolaridade, o que a coloca nas piores posições do mercado de trabalho e vive majoritariamente nas periferias, que são locais onde água de qualidade e saneamento básico raramente chegam. Há ainda o racismo institucional que interfere diretamente nos atendimentos médicos realizados com pessoas negras, muitas vezes negligentes e violentos.

O novo coronavírus amplifica nossas estruturas de diferenciação social e os modos de operação das desigualdades. A exposição viral da doença marca que a vulnerabilidade não é democrática, pois alimenta e é alimentada pelas estruturas de desigualdade presentes na sociedade brasileira cuja realidade é impiedosa.

Em última análise, além da saúde, a pandemia também atinge o bolso das diferentes classes sociais de forma distinta. Em uma pesquisa realizada pelo “DataPoder 360” do dia 13 de abril a 10 de junho de 2020, os entrevistados foram questionados se o coronavírus prejudicou sua renda ou emprego, revelando que, quanto mais pobre, maior o impacto da COVID-19 na renda, vide a compilação de dados na tabela 1.

Tabela 1 – Você teve seu emprego ou sua fonte de renda prejudicada por causa da COVID-19?

		RENDA					
		13 a 15 de abril	27 a 29 de abril	11 a 13 de maio	25 a 27 de maio	08 a 10 de junho	
Você teve seu emprego ou sua fonte de renda prejudicada por causa do coronavírus?	Sim	77%	85%	82%	82%	80%	Está desempregado ou não tem renda fixa Até 2 SM de 2 a 5 SM de 5 a 10 SM Mais de 10 SM
	Sim	57%	68%	62%	61%	68%	
	Sim	42%	51%	50%	48%	54%	
	Sim	52%	52%	47%	53%	41%	
	Sim	26%	45%	49%	41%	38%	

Fonte: DataPoder 360. Org. Autores

As sistematizações dos dados reforçam o caráter trágico e vulnerável que as classes sociais mais baixas já tinham no Brasil, onde o mercado de trabalho brasileiro ordinariamente já contava com cerca de 40% de trabalhadores alocados no segmento informal, ou seja, essas pessoas, além de outras mais que já tinham vínculos frágeis no mercado de trabalho, vão perdê-los. Barbosa e Prates (2020), apontam que um quarto dos trabalhadores brasileiros (23,8 milhões de pessoas) concentram atividades vulneráveis, tanto em função de seus vínculos e posições frágeis, como em decorrência de choques e impactos setoriais. Na compreensão dos autores, este grupo é caracterizados por profissionais que atuam por conta própria, empregadas domésticas, empregados sem carteira assinada, empregados com carteira assinada em pequenas empresas e pequenos empregadores.

Então, diante de uma crise como essa, o sistema de proteção social do país deveria reagir, mas está respondendo de forma frágil. Eis que fica a questão: haverá uma luz no fim da quarentena⁸ a esse grupo? Faremos agora menções às diretrizes/políticas de isolamento adotadas pelo Governo Federal brasileiro no enfrentamento a COVID-19 e voltaremos a esta interrogação, na parte final do texto.

As (neg)ações do Governo Federal frente a pandemia

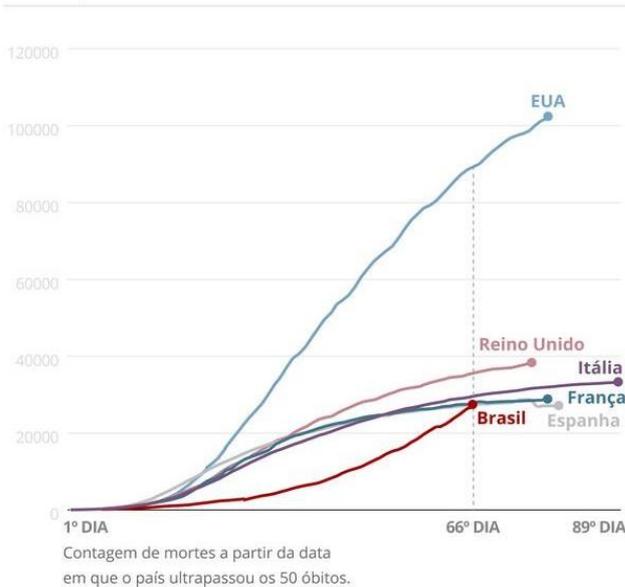
Os países com maior êxito em evitar o avanço da pandemia (Coreia do Sul, Alemanha, Nova Zelândia) adotaram desde cedo medidas rígidas de isolamento social, fechando os comércios, as escolas, os shoppings, as fábricas e restringindo a circulação de pessoas nas ruas e, além disso, mantendo aberto apenas os serviços e trabalhos considerados essenciais para o convívio (luz, água, internet, segurança, saúde, mercados, farmácias e etc), pois quanto menos pessoas circulando, menos o vírus irá circular e menor será o número de doentes no pico da epidemia. Além disso, essas medidas deram tempo para que os governos locais efetuassem testagens em massa e acompanhassem a circulação do vírus e assim pudessem atuar e combater os focos centrais da doença.

Já os demais países que hesitaram em tomar tais medidas e inferiorizam tanto a capacidade de disseminação como a letalidade do vírus, citando os casos do Reino Unido, da Itália, da França, da Espanha, dos EUA e do Brasil, nota-se que a cada dia, o crescimento exponencial da curva epidêmica apenas cresce, conforme observa-se abaixo no gráfico⁹.

⁸ Menção ao Podcast Luz no fim da quarentena, uma produção da revista Piauí com a rádio novoel.

⁹ Esta referência possivelmente estará defasada na hora que você leitor estiver tendo acesso ao texto, no entanto, a provocação dela não é ser fidedigna com relação aos números, mas salienta o processo de ascensão da curva em consonância com as ineficientes ações propostas pelos Estados (países).

Gráfico 1 – Número de mortes por coronavírus no mundo
Compare o número total de mortes por Covid-19
nos 6 países mais afetados



Fonte: G1 disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/29/brasil-tem-27878-mortes-por-COVID-19-diz-ministerio.ghtml>>. Acesso em: 29 maio 2020.

No caso do Brasil, estamos assistindo e lendo extasiados os atos do presidente da república, que demonstra uma preocupação exacerbada com o setor econômico e com os interesses mais próximos dos apoiadores e financiadores da campanha, enquanto insiste na volta à normalidade e é reticente quanto à criação de uma efetiva e duradoura proposta assistencialista.

FERRAZ (2020) noticia que, no dia 29 de março de 2020, após um passeio pelas ruas e comércios de Brasília, e indo de encontro com as recomendações do ex-ministro da saúde – Luiz Henrique Mandetta - e da Organização Mundial da Saúde (OMS), ele disse: “um dia todos nós vamos morrer”;

temos o problema do vírus, temos, ninguém nega isso aí. Devemos tomar os devidos cuidados com os mais velhos, as pessoas do grupo de risco. Agora o emprego é essencial. Essa é uma realidade. O vírus tá aí, vamos ter de enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, pô, não como moleque (FERRAZ, 2020).

Seguindo seu pronunciamento, acrescentou que:

“Vai condenar esse cara a ficar dentro de casa? Ficar dentro de casa? Ele não tem poupança, não tem renda. A geladeira, se tiver, já acabou a comida, pô. **Tem que trabalhar,** tem que sustentar a família, cuidar dos filhos. Temos um problema mais sério no momento. Tem mulher apanhando em casa. Por que isso? Em casa que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão. Como é que acaba com isso? **Tem que trabalhar,** meu Deus do céu” (FERRAZ, 2020, grifo nosso).

O que podemos notar é que esse comportamento baixo e desprezível expressa em grande parte um conteúdo de luta de classe neste Brasil distópico (RODRIGUES, 2020), fixado a um conjunto de práticas fortemente entrelaçadas no campo economicista, em que o caos pior não são as mortes, mas sim a não execução das atividades econômicas, ou seja, a perversidade do discurso é obrigar, sobretudo aqueles que não tem escolha, de acreditar que a economia precisa continuar e sobretudo, precisa dele no front, pois se não, no final da rua, a bifurcação levará ao mesmo fim, a morte; de apenas um indivíduo ou apenas da economia ou de ambos.

No dia 20 de abril de 2020, ao ser perguntado por um jornalista sobre o número de mortes por coronavírus no país, o presidente Jair Messias Bolsonaro pronunciou, “não sou coqueiro, tá?”, e além disso posteriormente também afirmou que, “70% da população será contaminada e não adianta querer correr disso” (GOMES2020). Com quase um mês após os primeiros casos notificados de pandemia no país, no dia 28 de abril de 2020 o Brasil batia o seu primeiro recorde de mortes registrados pelo COVID-19 e o presidente, quando indagado sobre os números e a falta de um projeto e de uma maior coordenação por parte do governo, respondeu durante o seu pronunciamento “E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou o Messias, mas não faço milagre” (GOMES, 2020). Assim, as expressões soaram para os analistas políticos e sociais, como um indicador de que o governo não estaria disposto a intervir diretamente na economia e que mais cedo ou mais tarde, a população deveria voltar às atividades laborais.

Compreendemos que as falas do dirigente são diretamente reportadas a dois grupos, que são totalmente antagônicos na pirâmide social. Um deles detém os meios de produção e obtém a sua fonte de lucro através da espoliação do espaço urbano (aluguéis, lojas arrendadas, lojas próprias, venda de imóveis, e outras atividades) e do trabalho humano. O outro (grupo) luta para vender a sua força de trabalho.

É notório, pelo reportório dos pronunciamentos e de *tweets*, a insistência presidencial de que os empregos e a manutenção das rendas devem estar à disposição daqueles que querem trabalhar, “mas não por uma ação governamental, mas pela volta dos trabalhadores às suas atividades; (pelo) clamor pela volta à normalidade; a crítica aos governadores e prefeitos que instituíram medidas de isolamento” (RODRIGUES, 2020, p. 4), como é notado pelos *posts* feitos pelo Presidente em uma rede social.

O Presidente Jair Bolsonaro compartilhou nas redes sociais um vídeo com ataques às medidas de isolamento social adotadas para conter a expansão do novo coronavírus, o COVID-19, no Brasil. Em uma postagem feita nesta quarta-feira (15), Bolsonaro fez críticas ao ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e ao governador de São Paulo, João Doria (PSDB), a partir de um vídeo intitulado “Os sócios da paralisia” (IG, 2020).

Essa necropolítica¹⁰ por nós vivenciada, produzida na alienação contemporânea do dinheiro que produz dinheiro, que é por sua vez movimentar a economia, é apresentada como se todos tivessem em igualdade, enquanto tal fábula só é efetiva a uma pequena parcela da população que concentra o poder político-econômico.

Isso nos impõe a fazermos uma releitura da nossa visão política e do reconhecimento das desigualdades estruturais do nosso território, para não aceitarmos a submissão da visão dominante heterônoma e nem cultuarmos a visão unitarista da lógica da produção capital-trabalho, ou seja, só possui renda se vender a sua força de trabalho.

Os discursos que defendem a reabertura do comércio, a retomada das atividades econômicas e o relaxamento das medidas de isolamento tem um objetivo prático: esses discursos buscam ganhar o apoio das classes populares, pois coloca o contágio pelo COVID-19 como uma coisa inerente, e sendo inerente é melhor está trabalhando gerando renda para você e seus entes e sobretudo para seu país, entoando o *slogan* presidencial, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, faz-se claro aos seus apoiadores que o governo se coloca ao lado dos mais necessitados, se solidarizando e indo contra as recomendações do ex-ministro Mandetta, da OMS, de alguns governadores (Wilson Witzel – Rio, João Dória – SP, Flávio Dino – MA, entre outros) para que todos possam voltar a trabalhar em nome de um livre

¹⁰ De acordo com (MBEMBE, 2016), a necropolítica reside em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

mercado, de uma economia forte, a exemplo das recentes manifestações feitas por ele (Bolsonaro) e seus apoiadores.

Ao cumprimentar apoiadores que manifestavam em Brasília contramedidas de isolamento, o presidente Jair Bolsonaro voltou a fazer críticas a prefeitos e governadores por medidas adotadas para combater a COVID-19 (RODRIGUES, 2020).

Os organizadores do movimento se dizem ‘bolsonaristas’ e criticam as medidas adotadas pelo governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB) - (ROSSI, 2020)

O presidente afirmou aos apoiadores que não depende dele a reabertura de comércios. Elogiou o ato e afirmou que as pessoas não devem se “acovardar em tempos de crise” (RODRIGUES, 2020).

Não tem que se acovardar em tempos de crise à frente não. Vamos tomar cuidado e enfrentar de cabeça erguida. Isso vai passar e vamos voltar à normalidade. Repito: Não depende de mim abrir o comércio. Se dependesse de mim, muito mais coisas estariam abertas”, afirmou. ‘Cumprimento vocês por ter a coragem de se manifestar e mostrar que não devemos ter medo’ (RODRIGUES, 2020).

O que reside, como mencionamos anteriormente, não é cair num reducionismo economicista, mas sim, alertar para as narrativas (os discursos) que o usam, como manifestado por alguns grandes empresários e noticiado nos veículos de comunicação.

Alguns empresários têm se manifestado contra as medidas de quarentena e de isolamento social para tentar conter o avanço do novo coronavírus. Eles criticam o fechamento do comércio, dizem que o dano à economia será muito maior do que o dano à saúde pública e afirmam que o trabalhador deveria ter mais medo de perder o emprego do que de ficar doente (UOL, 24 de março de 2020).

De acordo com Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020) o contexto por de trás dessa perversidade exhibe um conteúdo de luta de classe decorrente da economia e da política que vem dominando o país, propagando a pobreza e a exclusão social. Como mencionam Faria e Diniz (2018), junte-se a isso e o crescimento do individualismo, do medo, da solidão, da despolitização e do ritmo de vida que marcam o cenário urbano e tornam os indivíduos mais incapazes de confrontar a reprodução da desigualdade sob seu teto, uma vez que os mecanismos de reprodução das cidades capitalistas são desdobramentos da contradição capital-trabalho inerente a reprodução do próprio capital, pois aqueles que trabalham e/ou vivem diretamente do circuito inferior (autônomos e/ou informais) e dele extraem sua sobrevivência estão diretamente afetados com a estagnação econômica do circuito superior. Esses trabalhadores tiveram sua renda diária interrompida, sem que lhe fosse ofertado um outro caminho para que pudessem se sustentar enquanto respeitam a quarentena.

Podemos considerar que tais condições são consequências direta de tratativas de implementação de uma política econômica de Estado mínimo no Brasil, mesmo que por interstício, trazem como parte da sua estratégia a emergência de um projeto que isente progressivamente o Estado de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais em transferência de suas atribuições para o mercado econômico e instituições do terceiro setor.

Além disso, como Guanabará (2020) acrescenta,

o **projeto neoliberal** opera não apenas com uma concepção de Estado mínimo, mas também com uma **concepção minimalista tanto da política como da democracia**. Minimalista porque restringe não apenas o espaço, a arena da política, mas seus participantes, processos, agenda e campo de ação; esse deslocamento **obscurece a dimensão política da vida em sociedade e corrói as referências à responsabilidade pública** e ao interesse público (GUANABARÁ, 2020, p. 118, grifo nosso).

A negativa do governo dos homens baixos em criar mecanismos para sanar a sangria causada pela pandemia, danosa sobretudo a população mais pobre, se explicita por falas e gestos, culpando a todos, como o caso da acusação de Eduardo Bolsonaro, que endossando um discurso político e ideológico norte-americano, reverbera o discurso para o âmbito nacional, dizendo que o vírus seria um projeto político de dominação do mundo por parte da China comunista e utilizando da rede bolsonarista para impulsionar *tweets* contra a China através da *hashtag* #VirusChines, ou tecendo críticas ao ex-governo do Partido dos Trabalhadores (PT), como noticiadas pelo jornal Estado de Minas em 15 de março de 2020, “tivemos vírus muito mais graves que não provocaram essa histeria. Certamente tem um interesse econômico nisso. Em 2009, teve um vírus também e não chegou nem perto disso. Mas era o PT no governo aqui e os democratas nos Estados Unidos”. (REPORTAGEM ESTADO DE MINAS, 15/03/2020).

Mesmo com todo o projeto político-ideológico do governo dos homens baixos se esvaindo (Dólar subiu e Bovespa caiu), continuam indo contra as medidas indicadas pela ciência, por seus ex-ministros da saúde (Mandetta e Teich) e pela OMS, enquanto se eximem de suas responsabilidades, quando o Estado deveria assumir um protagonismo com políticas Neokeynesianista neste momento delicado, socialmente e economicamente.

Fizeram com que (i) o ministro do STF, Alexandre de Moraes, no dia 29 de março de 2020, atendendo a um pedido da Advocacia Geral da União, permitisse a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Diretrizes Orçamentárias para enfrentar a crise, e com que (ii) o Congresso Nacional, no dia 30 de março de 2020, com o protagonismo de parlamentares da oposição, formulasse um projeto de auxílio para trabalhadores informais e desempregados que podem variar de R\$ 600,00 a 1.200,00 por família (SENADO FEDERAL, 2020)

Apesar de seu caráter excepcional e emergencial, a medida foi sancionada com vetos por parte do presidente no dia 2 de abril de 2020, que anunciou via seu Ministro da Economia que “há toda uma logística, o dinheiro não cai do céu”, noutro trecho, garantiu que “ainda falta segurança jurídica para dispor de tais recursos” e por fim, disse que há uma grande “complexidade de organizar os pagamentos” (ANDRETTA, 2020). Ao correr todos os prazos (não emergenciais) para se cercar de todas as garantias cabais para este governo, que noutras palavras, seriam meios e mecanismos para induzir/pressionar a volta ao trabalho, e que o governo não fosse obrigado a arcar com os gastos públicos, sobretudo destinado a uma determinada classe, teve-se início os pagamentos da primeira parcela (após aprovação do cadastro) do apelidado de modo pejorativo “coronavauche” a partir do dia 16 de abril de 2020. Já a terceira parcela do pagamento vai ser diluída de acordo com o mês de aniversário do beneficente, então aqueles que fazem aniversário nos meses finais do ano (outubro, novembro e dezembro) receberam o seu benefício em 30 de maio de 2020 (ANDRETTA, 2020).

Como destaca a Agência de Notícias das Favelas (ANF), a exigência de CPF, a burocracia bancária e outras medidas dificultam a chegada dos recursos aos cidadãos mais vulneráveis. “Hoje faz 21 dias de análise, já perdi as esperanças desse auxílio emergencial - lamentou um internauta (ANF, 2020).

Aquilo que mais se destaca deste governo que promove a zombaria da pandemia e dos pobres, além dos mais necessitados e enfermos em nome de um projeto político neoliberal de Estado mínimo, porém centralizador e autoritário (para não dizer até mesmo como prática Neofascista), como considera Loff, e é explicitado na matéria da ANF.

O atraso dos pagamentos do auxílio emergencial é a face mais mesquinha da incompetência do governo. O ministro Paulo Guedes, por exemplo, acusa os trabalhadores de fazer quarentena “com a geladeira cheia”, e anuncia congelamento de salários (ANF, 05 de maio de 2020).

“O impacto social e econômico é alarmante nas favelas do país”, alerta Celso Athayde, fundador da Central das Favelas (Cufa), em matéria no jornal *Valor Econômico*. Diante disso, **o atraso dos pagamentos reforça a estratégia do governo para**

romper o confinamento, avaliam especialistas. Pesquisa do Datafolha divulgada recentemente aponta que o **apoio ao isolamento social amplo para conter o coronavírus caiu 8 pontos e vem em curva descendente acentuada pela presença do presidente da república em manifestações de rua na capital** (ANF, 05 de maio de 2020).

O que passa a ser notório com o caminhar da pandemia é que se ela alcançar com maior intensidade as populações mais pobres, desempregadas e marginalizadas desse imenso país, os resultados neste caso, serão devastadores, com a situação tendendo a se agravar cada vez mais (BERNARDES, ARRUIZZO e MONTEIRO, 2020, p. 191).

Neste sentido, buscaremos a seguir abordar mais detalhadamente as desigualdades, que resultam em intensas vulnerabilidades. Desigualdades estas que são escancaradas entre aqueles que têm ou não o item mais básico na luta contra o COVID-19: água, sabão e livre possibilidade consciente de escolha.

A fragilidade socioambiental na luta contra o COVID – 19

A pandemia trouxe à tona um conjunto de problemas estruturais e conjunturais que permeiam o nosso cotidiano, mas que em parte eram invisíveis. No entanto, na atual conjectura foram expostos de modo impiedosos ao menos duas questões. A primeira é que existe uma estreita correlação entre a privação dos direitos e o modo de viver. A segunda, exercendo um papel de oração sindética, denota que a garantia básica de direitos mínimos para uma grande parcela da população é negada ou inexistente. Ou seja, um dos principais problemas (sociais) que têm se tornado indubitável e que preocupa os especialistas na área da saúde é a falta de água encanada, sabão e água sanitária para enfrentar o vírus em várias das residências de periferia (além, é claro, do distanciamento social) do Brasil. Tais itens, segundo médicos, sanitaristas infectologistas, biólogos, entre outros profissionais, são essenciais, além de serem a maneira mais simples no combate ao vírus.

Em 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU), deixou claro na resolução nº 64/292 que o acesso à água potável e limpa é um direito humano, que se torna essencial para a manutenção da vida e do seu bem-estar. Ainda segundo a ONU, metade dos leitos hospitalares ocupados no mundo são ocupados por pessoas com doenças relacionadas à água, seja de forma direta ou indireta.

Parte das doenças resultantes de vírus, fungos e bactérias que ceifaram várias vidas ao longo da história do homem ocorreu por falta de saneamento. Existem duas vertentes que norteiam o saneamento: a primeira é a mais básica, e se refere ao abastecimento de água e também de esgotamento sanitário tratado as diversas residências, já a segunda é a ambiental e possui uma dimensão maior, visto que propõe um conjunto de ações sobre o ambiente cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida das pessoas através do controle da poluição da água, do solo, do ar, da gestão dos resíduos sólidos urbanos, da drenagem pluvial e do controle de vetores (SILVA, 2004, p.15).

A Fundação Oswaldo Cruz, divulgou um estudo em que encontrou o novo coronavírus presente em esgotos sanitários. Embora não se tenham evidências científicas sobre a possibilidade de transmissão por rota fecal-oral, essa descoberta pode ser utilizada como um indicador para rastrear o vírus e na promoção de políticas públicas que socorram as populações mais vulneráveis, sobretudo, para as regiões mais carentes, que em nossa triste realidade, são áreas sem saneamento básico e ocupadas na sua grande maioria por uma população mais fragilizada, tanto economicamente quanto socialmente.

Diante desse cenário, a propagação do vírus nas áreas periféricas é uma preocupação constante, pois elas apresentam características físicas e ambientais propícias à disseminação e propagação do vírus, num tempo-espaço muito curto de contágio, por haver um grande quantitativo populacional em poucos metros quadrados.

Por essas características, as diferentes espacialidades intraurbanas denotam diferentes fragilidades no enfrentamento ao COVID-19, isto é, os espaços urbanos da cidade, e consequentemente seus habitantes, estão inseridos em dinâmicas (sociais-econômicas) totalmente diferente no enfrentamento ao vírus, como destacado por Bernardes, Arruzzo e Monteiro (2020),

A ilustração mais evidente deste cenário, por mais figurado que pareça ser, foi o caso da primeira morte notificada por COVID-19 no estado do Rio de Janeiro, uma **empregada doméstica**, moradora de Miguel Pereira, **periferia da metrópole**, que contraiu o vírus de **sua empregadora** que **voltara da Itália e residia no Leblon**. Nada mais revelador que em um dos **espectros urbanos mais recortados pela desigualdade** no país, **o primeiro óbito tenha tal configuração** (BERNARDES, ARRUZZO e MONTEIRO, 2020, p. 195 - grifo nosso).

Por todas estas circunstâncias, torna-se clara e evidente a importância entre os quesitos à gestão da saúde, por notarmos a revelação dos dados estatísticos de que os números dos contágios, mas sobretudo, o de óbitos, vai além de dados quantitativos, expressando a geofragilidade territorializada, isto é, podemos notar que há uma concentração sócio-espacial das ocorrências dos casos.

Então, a nós é notório e urgente a necessidade de compreendermos alternativas antissistêmicas, sobretudo no campo do trabalho pois “a civilização tem se estruturado, em grande parte, em função do conceito de trabalho (e as) pessoas tem sido medido pelo seu valor de mercado” (RIFKIN, 1995, p. 3) e da habitação, pois se isso não acontecer, os reflexos de uma contaminação serão falecimentos em massa nesses ambientes periféricos, que serão também (re)sentidos nas áreas centrais dos espaços urbanos, que por sua natureza - social, econômica, política, cultural, institucional, administrativa e aglutinadora - tornará o processo cíclico, com suas peculiaridades, mas nefasta nas classes mais baixas.

Considerações finais

Neste momento é importante que possamos limpar ou quem sabe até mesmo trocar nossas lentes, para conseguirmos entender algumas das suposições feitas ao longo do texto acerca do projeto político-ideológico que guia o Brasil nas suas ações de incompetências e intencionalidades, especialmente no momento em que atravessamos, da não fortificação de um pequeno baluarte para tentar salvar ou resguardar os mais necessitados em prol dos oligarcas, como ficou evidenciado durante a reunião ministerial do dia 22 de maio de 2020, pela fala do ministro da economia Paulo Guedes: “vai ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias. Agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas”, sendo que as pequenas e médias empresas representam 55% dos empregos do Brasil.

Por isso, utilizamos esta parte final do texto para levantarmos algumas reflexões no campo das alternativas antissistêmicas, pois se faz necessário repensar as formas de trabalho, consumo, uso do espaço público e privado, mirando a constituição de uma nova cultura pós-pandemia.

Estudos recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram que mais da metade da população brasileira vive com 413,00 reais por mês. Nesse contexto, pensar em medidas de restrição, isolamento e interrupção de atividades vai na contramão do interesse de uma maioria esmagadora da população e da sua fonte de renda, pois a obtenção da sua renda depende diretamente e exclusivamente da venda da sua força de trabalho, e por mais bárbaro que possa soar, neste momento, para os trabalhadores de baixa renda, informais e autônomos, está posto o jogo da vida, ficar entre a espada e a cruz, ter renda e não parar ou parar e não ter renda, mas passar necessidades.

Assim, a necropolítica governamental praticada nos discursos que defendem a volta das atividades econômicas e o relaxamento das medidas de isolamento encontram consonância por motivos distintos nas duas pontas opostas da pirâmide social. No topo da pirâmide, estão

aqueles que **extraem suas receitas a partir da exploração da força de trabalho** e na base, a maioria esmagadora que **depende diretamente da venda da sua força de trabalho**, e apartando de uma intervenção econômica (massiva) para assegurar o direito de TODOS ficarem em casa, o Estado.

Toda essa situação faz com que o isolamento social e o ato de ficar resguardado em casa seja encarada como uma possibilidade de livre escolha, mas, que só é aplicável aos ricos, políticos e funcionários públicos.

A todo custo, devemos ressaltar que “a quarentena não deve ser encarada como um privilégio, mas sim como um direito que está sendo roubado dos trabalhadores” (RODRIGUES, 2020, p. 5), uma vez que o Estado se nega (devido a sua filiação econômica) e/ou burocratiza (vide os episódios da Caixa Federal) a fornecer as condições para que a população tenha acesso a uma renda suplementar ou a manutenção dos seus empregos. Enquanto isso, a sua preocupação motriz consiste em preservar o poder alinhado a uma política neoliberal, tanto que, no entendimento governamental, a preocupação mais direta são as consequências do coronavírus na economia, pois, “se a economia afundar, afunda o Brasil”, ou seja, “se a economia afundar, acaba o governo”. A aposta que vem sendo feita no projeto político-ideológico brasileiro de promover o caos para do caos se retroalimentar em busca de renascimento ainda é obscura, mas já temida, por notarmos aspectos de centralidade, autoridade e coerção.

Por apostarmos em alternativas antissistêmicas e termos a noção que estamos vivenciando um conjunto de crises: ambiental, social, econômica, política, civilizatória e institucional, que soam desconexas e abordadas separadamente, mas se retroalimentam destes componentes dispersos. As estratégias unidimensionais adotadas jamais terão fôlego suficiente para tratar a crise sistêmica que estamos atravessando, somente medidas e alternativas antissistêmicas e conjuntas poderão nortear um novo projeto utópico.

O sistema capitalista está longe de se autoimplodir pelas próprias contradições. A superexploração, o hiperconsumo e os desperdícios são motores deste sistema, que encarna uma re-significação imaginária social nova, isto é,

o capitalismo torna-se assim um **movimento perpétuo de auto-re-instituição** da sociedade por assim dizer ‘**racional**’, **mas essencialmente cega**, por causa do uso irrestrito de meios (pseudos-) racionais tendo em vista um só fim (pseudo-) racional (CASTORIADIS, 1992, p. 20, grifo nosso).

Por isso, somos convidados a repensar o trabalho e entender os limites de uma economia baseada na “acumulação por espoliação”, na superexploração do trabalho, na separação entre executantes e dirigentes, que falaciosamente explicita que quem produz a riqueza social é o trabalhador (RODRIGUES, 2020).

Decerto, as existências de uma hierarquia no comando, de salário, de renda, de narrativa, de individualismo, são apresentadas como elementos justificáveis para manutenção dos *status quo* e perpetuação das formas de trabalho, pois o caráter ideológico gradua a sociedade, colocando na competição e no esforço, a sua capacidade de ascensão, omitindo que as classes privilegiadas já estão um degrau a frente.

Nesse sentido, Rodrigues (2020) passa a dizer que é,

Absolutamente necessário explicitar a potência da classe trabalhadora, sua centralidade econômica e política, sua capacidade de ação e de autogestão, na perspectiva de uma politização da sociedade visando a construção de um projeto diferente, que possa enfrentar a nossa atual distopia (RODRIGUES, 2020, P. 5).

Um ensinamento e exemplo didático extraído de Castoriadis (1983) é quando o autor passa a argumentar contra a ideologia da justificação da hierarquia, que por sua vez também seria a justificação da hierarquia da renda. No caso a ser explicitado, um produto ou função qualquer é construído individualmente, porém, as partes separadas vão compondo o todo, ou

seja, o todo sem as partes não é nada. Logo, deveria ocorrer uma maior equidade da renda. Um segundo ensinamento/exemplo é o seguinte: um guarda-barreira ou um controlador de voo tem entre suas mãos a vida de várias centenas de pessoas, diariamente; são pagos dezenas de vezes menos do que os dirigentes-executivos da SNCF (Sociedade Nacional das Estradas de Ferro) ou da Air France, que não têm em suas mãos a vida de ninguém (CASTORIADIS, 1983).

Por isso, novas atitudes humanas e novos objetivos são exigidos para o (re)surgimento de novos projetos políticos-ideológicos, quer seja esta demonstração resgatada da história ou criada, devem trazer adaptado em seus contextos uma maior horizontalidade social. Assim, é indispensável a busca por um alargamento “históricos de ação política e retomar a ideia de que os trabalhadores podem autogerir suas vidas, em todos os planos” (RODRIGUES, 2020, p. 7).

Referências

ADORNO. Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. Tradução Verlaine Freitas, 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AGÊNCIA BRASIL. Pompeo culpa China por milhares de mortes por coronavírus. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-05/pompeo-culpa-china-por-milhares-de-mortes-por-coronavirus>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANDRETTA, F. Veja as datas para receber auxílio emergencial de R\$ 600, que vai até 29/05. UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/07/auxilio-emergencial-informal-autonomo-mei-caixa-pagamentos-calendario.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANF. Governo cria dificuldades para dar auxílio emergencial de 600 reais. Agência de Notícias das Favelas. Disponível em: <http://www.anf.org.br/governo-cria-dificuldades-para-dar-auxilio-emergencial-de-600-reais/>. Acesso em: 10 maio 2020.

BBC NEWS. Coronavírus: o que as grandes economias do mundo estão fazendo para evitar falências e a falta de dinheiro. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/22/coronavirus-o-que-as-grandes-economias-do-mundo-estao-fazendo-para-evitar-falencias-e-a-falta-de-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BERNARDES, J.A; ARRUZZO, R. C; MONTEIRO, D. M. L. V. Geografia e a COVID-19: Neoliberalismo, vulnerabilidade e luta pela vida. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 188-205, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/50645/33481>. Acesso em: 15 abr. 2020.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CANETTIERI. Thiago. A cidade capitalista na produção dos excluídos e os excluídos na produção da cidade capitalista: o paradoxo da exclusão urbana. **Geingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 8, n. 1, p. 64-83, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geingá/article/view/49334>. Acesso em: 10 maio 2019.

CASTORIADIS, C. A hierarquia dos salários e das rendas. In: **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, C. A época do conformismo generalizado. In: **As encruzilhadas do labirinto III**. O mundo fragmentado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

COLLUCCIO, C. ‘Ainda não chegamos ao pior da pandemia’, diz presidente do Einstein. Folha de São Paulo. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/ainda-nao-chegamos-ao-pior-da-pandemia-diz-presidente-do-einstein.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2020.

EFE. Primeiro contágio pelo coronavírus teria acontecido em novembro, diz jornal. UOL.

Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/03/13/jornal-afirma-que-primeiro-contagio-da-COVID-19-na-china-ocorreu-em-novembro.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro crítica ‘histeria’ pelo coronavírus e convida Maia e Alcolumbre para conversa. Estado de Minas. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,1129158/bolsonaro-critica-histeria-pelo-coronavirus-convida-maia-alcolumbre.shtml. Acesso em: 20 abr. 2020.

FARIAS, T; DINIZ, R. Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. **Psicologia política**. 18 (42), p. 281-294. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2020.

FERRAZ, A. Bolsonaro diz que é preciso ‘enfrentar o vírus como homem e não como

moleque’. Notícias uol. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/03/29/bolsonaro-diz-que-e-preciso-enfrentar-virus-como-homem-e-nao-como-moleque.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FOLHAFE. ‘Ainda não chegamos ao pior da pandemia’ diz presidente do Einstein.

Disponível em:

<https://www.folhape.com.br/noticias/noticias/coronavirus/2020/04/23/nws,138076,70,1668,noticias,2190-ainda-nao-chegamos-pior-pandemia-diz-presidente-einstein.aspx>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, P.H. ‘Não sou coveiro, tá?’, diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por

coronavírus. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GUANABARÃ, G. L.M. **Plano Participativo de mobilidade urbana de Cabo Frio – RJ:**

Desafios e Possibilidades. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, campos dos Goytacazes. 2020.

HAESBAERT, R. **Reflexões geográficas em tempos de pandemia.** Espaço e Economia [Online], 18 | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12871>. Acesso em: 28 abr. 2020.

IG. Bolsonaro posta vídeo sobre fim do isolamento com críticas a Mandetta e Doria. IG. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-15/bolsonaro-posta-video-sobre-fim-do-isolamento-com-criticas-a-mandetta-e-doria.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

JORNAL NACIONAL. Eduardo Bolsonaro culpa China por coronavírus e gera crise diplomática. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LUCAS, L. M; CUNHA, S. B. Rede de drenagem urbana em área tropical: mudanças na morfologia do canal e níveis de poluição das águas – rio dos macacos – rio de janeiro – RJ. **GEOUSP** - espaço e tempo, São Paulo, n° 22, pp. 39 – 64. disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74065>. Acesso em: 28 maio 2020.

MARINS, C; AMORIM, F. Governo confirma 1º caso de coronavírus no país e coloca 20 sob suspeita. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/02/26/ministerio-da-saude-coronavirus-brasil-primeiro-caso-contraprova.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. N 32. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 20 abr. 2020.

RAMOS, Tatiana Tramontani. “A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe”. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acesso em: 9 maio 2020.

RAMOS, T. T. Pandemia é pandemia em qualquer lugar – vivendo a crise da COVID-19 de fora dos grandes centros. Espaço e Economia [Online], 18 | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12871>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos:** o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a relação da força global do trabalho. São Paulo. Markron Books, 1995.

RODRIGUES. G. **A distopia brasileira:** o governo dos homens baixos. Espaço e Economia [Online], 18 | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12871>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RODRIGUES, F. Em protesto contra isolamento, Bolsonaro volta a criticar governadores. Poder 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/em-protesto-contraisolamento-bolsonaro-volta-a-criticar-governadores/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROSSI, André. Americana e santa Bárbara terão carreata pró-comércio neste sábado. O Liberal. Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/americana-e-santa-barbara-terao-carreata-pro-comercio-neste-sabado-1183782/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ROSSI, A. Americana e santa Bárbara terão carreata pró-comércio neste sábado. Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/americana/americana-e-santa-barbara-terao-carreata-pro-comercio-neste-sabado-1183782/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

RUDNITZKI, E; SCOFIELD, L. Robôs levantaram hashtag que acusa China pelo coronavírus. Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/robos-levantaram-hashtag-que-acusa-china-pelo-coronavirus/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, N. F da. O Saneamento Ambiental Em Campos Dos Goytacazes: Um diagnóstico da invisibilidade que compromete a qualidade de vida. 2004. 101f. **Dissertação** (mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

SENADO FEDERAL. Coronavírus: Senado aprova auxílio emergencial de R\$ 600. Senado Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SOUZA, Elton. L. L de. Deleuze e Guattari: o gosto filosófico. Revista trágica: estudos de filosofia da imanência – 3º quadrimestres de 2015, vol. 8. n. 3. p 18 – 37. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/download/26828/14914>. Acesso em: 7 maio. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Em torno do hífen. **Revista Formação**, n. 15, v. 1, p. 159 – 161. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/743>. Acesso em: 5 maio 2020.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministro afasta exigência da LRF e da LDO para viabilizar programas de combate ao coronavírus. Notícias STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/vernoticiadetalhe.asp?idconteudo=440384>. Acesso em: 20 abr. 2020.

TEMÓTEO, A. Governo não sabe de onde sairá dinheiro para pagar R\$ 600, diz Guedes. UOL. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/31/governo-nao-sabe-de-onde-saira-dinheiro-para-pagar-r-600-diz-guedes.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

UOL. Madero, Havan, Giraffas: empresários criticam medidas de combate à pandemia. UOL São Paulo. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WEBER, Daniela Maria. Metodologia Para Pesquisa Em Imprensa: Experiências Através D’o Paladino. **Signos**, ano 33, n. 1, p. 9-21, 2012. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/issue/view/66/showToc>. Acesso em: 6 maio. 2020.